

Álvaro Castello-Branco

Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional

Intervenção do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, Álvaro Castello-Branco, por ocasião da 1ª sessão de trabalho da Comissão Permanente dedicada à cooperação política e securitária, no âmbito da 18ª Sessão Plenária da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo

Fórum Braga, Braga, 16 de maio de 2024

Vocativos

É com muito gosto que me dirijo a esta Comissão Permanente dedicada à cooperação política e securitária, no âmbito da décima oitava (18ª) Sessão Plenária da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo.

A diplomacia parlamentar regional, a que a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo dá corpo há quase duas décadas, assenta sobre um forte espírito de colaboração e de pragmatismo em torno de objetivos comuns aos nossos países.

Um destes objetivos, a cooperação política e a preservação da segurança no espaço Euro-Mediterrânico e no Golfo, reflete o nexo indissociável entre a cooperação e a segurança.

E as sólidas relações que a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo mantém com outras assembleias parlamentares internacionais de diferentes regiões do globo reforçam ainda mais este desiderato.

Fóruns como este, de partilha de ideias e de preparação de recomendações, e onde a representação dos seus membros é feita de maneira igualitária, são essenciais para Portugal, uma vez que nos permitem ter uma voz mais ativa e colaborar mais estreitamente em prol do nosso espaço comum.

Portugal é um país Atlântico e Mediterrânico em igual medida.

Ao contrário do que se possa pensar, a capital mais próxima de Lisboa não é Madrid, mas Rabat.

E esta nossa posição geoestratégica, entre a Europa, o Atlântico e o Mediterrâneo, marca profundamente os nossos interesses e prioridades nacionais.

Nesse sentido, e reconhecendo a importância vital desta região, Portugal tem apostado em desenvolver relações bilaterais com parceiros do Mediterrâneo desde a década de noventa (90), através de acordos com países como Marrocos, Tunísia, Argélia, Mauritânia e Líbia.

Contudo, a nossa cooperação com países mediterrânicos não se resume apenas à esfera bilateral.

No campo multilateral destaca-se a nossa participação ativa na Iniciativa 5+5 Defesa, cuja presidência assumimos em 2023.

Este é um fórum que estabelece pontes entre as duas margens do Mediterrâneo, à semelhança da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, embora com um foco exclusivo nos assuntos de segurança e defesa.

Neste e noutros contextos, Portugal tem procurado diversificar as áreas de trabalho que refletem os seus interesses e preocupações no espaço Euro-Mediterrânico, assim como os dos seus parceiros.

Aliás, durante a presidência portuguesa da iniciativa 5+5 Defesa, os Estados-Membros atualizaram a Declaração de Intenções desta iniciativa para refletir precisamente o alargamento das áreas de trabalho.

Nesta iniciativa, Portugal tem participado ativamente no exercício conjunto e combinado anual SEABORDER, que tem a sua origem em dois exercícios bilaterais organizados entre Portugal e Espanha.

Ao ser alargado, em 2008, aos parceiros do Mediterrâneo Ocidental, tornou-se, desde então, num marco emblemático da Iniciativa 5+5 Defesa, constituindo um dos seus pilares de segurança marítima.

Este tipo de cooperação concreta tem permitido um reforço da eficácia das Forças Armadas participantes, contribuindo para estreitar as relações de confiança entre o Norte e o Sul do Mediterrâneo.

Para além da segurança marítima, também a cooperação noutras áreas como a ciberdefesa ou as Forças Especiais tem sido impulsionada por Portugal no contexto da sua relação com países do Mediterrâneo.

Ainda no contexto da Iniciativa 5+5 Defesa destacam-se, por exemplo, a organização portuguesa dos exercícios conjuntos CYSMART, que visa reforçar a resiliência dos Estados participantes face às ameaças cyber, e “Guerreiros do Mediterrâneo”, que potencia a interação e a interoperabilidade entre as Forças de Operações Especiais dos diferentes países.

O que estes exemplos nos têm mostrado é que as áreas da segurança e defesa constituem, de facto, uma das principais pontes entre as duas margens do Mediterrâneo, porque refletem tanto preocupações comuns de estabilidade, como oportunidades únicas de cooperação.

Não é por acaso que a Comissão Permanente dedicada à temática da cooperação política e securitária é não só uma das três Comissões da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, mas a primeira.

Da invasão injusta e ilegal da Ucrânia pela Federação Russa à intensificação da violência no Médio Oriente, passando pela crescente volatilidade na região do Sahel, o rigoroso trabalho de antecipação e acompanhamento das principais tendências políticas e da evolução das ameaças à segurança na região levado a cabo por esta Comissão e pelo Centro de Estudos Internacionais revela-se especialmente útil para os decisores políticos.

E é também absolutamente notável o facto de políticos e deputados, oriundos de países que nem sempre se conseguem sentar à mesa para discutir livremente, se encontrarem neste âmbito, como iguais, e não só dialogarem com seriedade, como também se focarem na prossecução de resultados concretos.

É sobretudo nestas circunstâncias que a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo faz a diferença.

Estou certo de que a fortíssima cultura de cooperação e diálogo que marca a ação desta Assembleia Parlamentar continuará a incentivar e a inspirar não só outros fóruns semelhantes, como também os próprios Governos dos Estados que a compõem, assim como as organizações internacionais a que pertencemos.

É nesta senda que faço votos de uma profícua sessão de trabalhos.

Muito obrigado.